

Aula 00 - Profº Ricardo Torques

*SEAP-BA - Polícia Penal da Bahia
(Agente Penitenciário) Noções de
Igualdade Racial e Gênero*

Autor:

**Equipe Direito Constitucional
Estratégia Concursos, Ricardo
Torques**

28 de Junho de 2023

Sumário

Considerações Iniciais	5
Estatuto da Igualdade Racial	5
1 - Introdução	5
2 - Direitos Fundamentais.....	8
3 - Acesso à terra e à moradia adequada	13
4 - Trabalho.....	15
5 - Meios de Comunicação	15
6 - SINAPIR	16
Resumo	16
Considerações Finais.....	19
Questões Comentadas	20
Lista de Questões.....	37
Gabarito.....	44



DIREITOS HUMANOS PARA A SEAP-BA

Iniciamos nosso Curso de Direitos Humanos em **teoria** e **questões**, voltado para o cargo de **Agente Penitenciário** para o concurso para o concurso da **SEAP-BA - Polícia Penal da Bahia**.

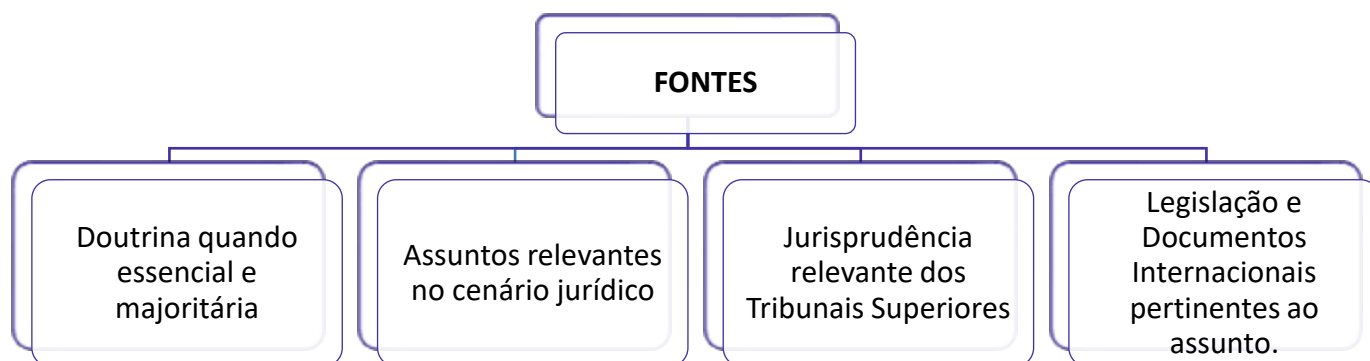
A banca organizadora contratada para o certame é a **FGV**. Desta forma, a lista de questões adotadas no material foi atualizada conforme a banca escolhida.

Confira, a seguir, com mais detalhes, nossa metodologia.

Metodologia do Curso

Algumas constatações sobre a metodologia são importantes!

Podemos afirmar que as aulas levarão em consideração as seguintes “fontes”.



Para tornar o nosso estudo mais completo, é muito importante resolver questões anteriores para nos situarmos diante das possibilidades de cobrança. Traremos questões de todos os níveis.

Essas observações são importantes pois permitirão que possamos organizar o curso de modo focado, voltado para acertar questões objetivas e discursivas.

Esta é a nossa proposta!

Vistos alguns aspectos gerais da matéria, tenhamos algumas considerações acerca da **metodologia de estudo**.

As aulas em *.pdf* tem por característica essencial a **didática**. Ao contrário do que encontraremos na doutrina especializada de Direitos Humanos (Flávia Piovesan e Augusto Cançado Trindade, para citarmos dois dos expoentes neste ramo), o curso todo se desenvolverá com uma leitura de fácil compreensão e assimilação.

Isso, contudo, não significa superficialidade. Pelo contrário, sempre que necessário e importante os assuntos serão aprofundados. A didática, entretanto, será fundamental para que diante do contingente de disciplinas, do trabalho, dos problemas e questões pessoais de cada aluno, possamos extrair o máximo de informações para hora da prova.



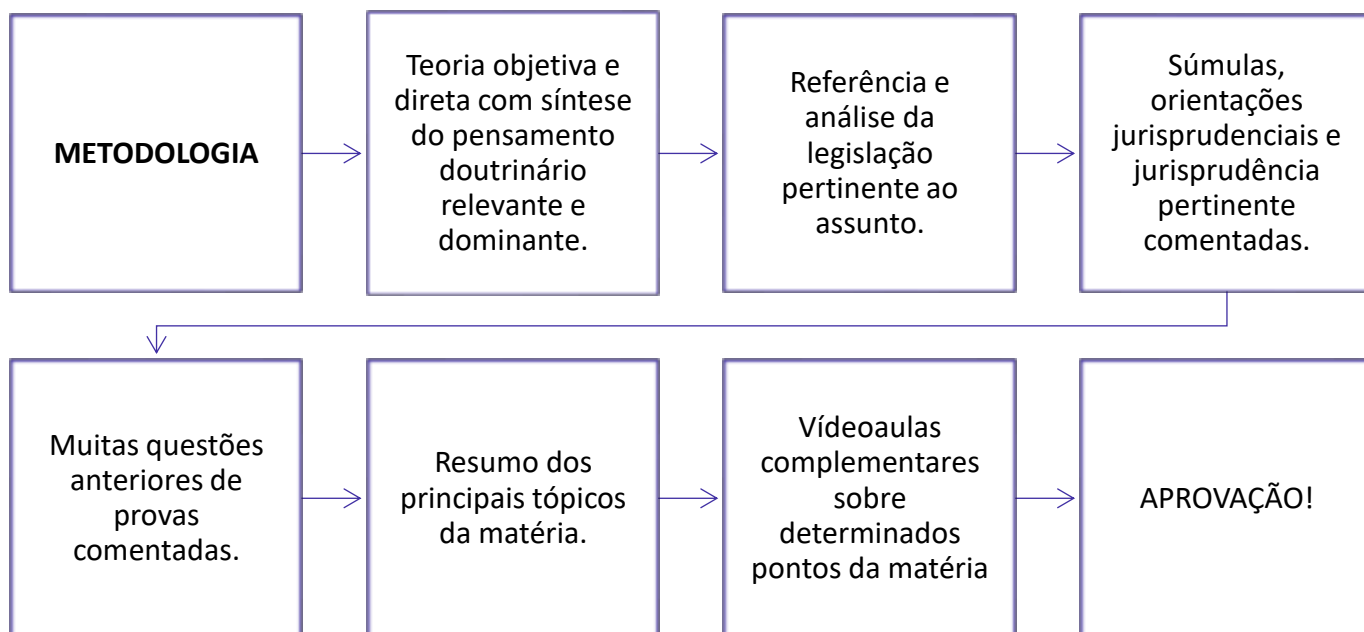
Para tanto, o material será permeado de **esquemas, gráficos informativos, resumos, figuras**, tudo com a pretensão de “chamar atenção” para as informações que realmente importam.

Com essa estrutura e proposta pretendemos conferir segurança e tranquilidade para uma **preparação completa, sem necessidade de recurso a outros materiais didáticos**.

Finalmente, destaco que um dos instrumentos mais relevantes para o estudo em .PDF é o **contato direto e pessoal com o Professor**. Além do nosso **fórum de dúvidas**, estamos disponíveis por **e-mail** e, eventualmente, pelo **Facebook**. Aluno nosso não vai para a prova com dúvida! Por vezes, ao ler o material surgem incompreensões, dúvidas, curiosidades, nesses casos basta acessar o computador e nos escrever. Assim que possível respondemos a todas as dúvidas. É notável a evolução dos alunos que levam a sério a metodologia.

Além disso, teremos videoaulas! Essas aulas destinam-se a complementar a preparação. Quando estiver cansado do estudo ativo (leitura e resolução de questões) ou até mesmo para a revisão, abordaremos alguns pontos da matéria por intermédio dos vídeos. Com outra didática, você disporá de um conteúdo complementar para a sua preparação. Ao contrário do PDF, evidentemente, **AS VIDEOAULAS NÃO ATENDEM A TODOS OS PONTOS QUE VAMOS ANALISAR NOS PDFS, NOSSOS MANUAIS ELETRÔNICOS**. Por vezes, haverá aulas com vários vídeos; outras que terão videoaulas apenas em parte do conteúdo; e outras, ainda, que não conterão vídeos. Nosso foco é, sempre, o estudo ativo!

Assim, cada aula será estruturada do seguinte modo:



Apresentação Pessoal

Por fim, resta uma breve apresentação pessoal. Meu nome é Ricardo Strapasson Torques! Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual.



Estou envolvido com concurso público há 10 anos, aproximadamente, quando ainda na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1ª e 9ª Regiões.

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concursos, com foco na elaboração de materiais em *pdf*. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

E-mail: rst.estrategia@gmail.com

Instagram: @proftorques



ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

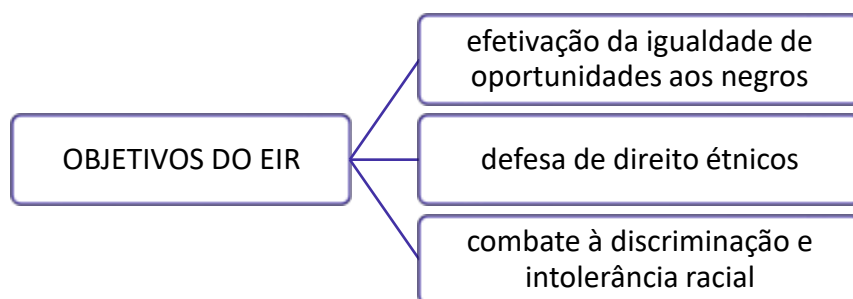
Na aula de hoje estudaremos o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010.

Excelente aula a todos!

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

1 - Introdução

Atualmente, o Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR) é disciplinado pela Lei 12.228/2010. Trata-se de um diploma que tutela direitos das pessoas negras. E possui os objetivos abaixo relacionados:



O EIR prevê que serão defendidos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos. *Sabe qual a diferença entre eles?*

Os **direitos individuais**, como o próprio nome indica, representa o direito assegurado à pessoa de forma isolada.

Há, entretanto, direitos que atingem grupos de pessoas ou coletividades.

Os **direitos difusos** são aqueles que dizem respeito a todas as pessoas, independentemente de quem seja, em razão de uma circunstância de fato.

Os **direitos coletivos** (em sentido estrito) refere-se a direitos que atingem um grupo de pessoas, mas em razão de uma relação jurídica existente entre elas.

Feito esse esclarecimento, sigamos!

Ademais, em relação à parte introdutória é importante que conheçamos os conceitos adotados pelo EIR, assim esquematizados:



CONCEITOS	
DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICO-RACIAL	Constitui toda forma de distinção baseada em fatores étnicos ou de descendência que impliquem na anulação ou restrição dos seus direitos humanos.
DESIGUALDADE RACIAL	Diferenciação injustificada no acesso e fruição de bens, serviços e oportunidade em razão de fatores étnicos ou de descendência.
DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA	Constatação da grande desigualdade entre as mulheres negras e demais segmentos da sociedade. Tanto as mulheres como os negros são considerados vulneráveis em razão das condições fáticas em que se encontram. No caso, mulheres negras encontram-se em situação de dupla vulnerabilidade.
POPULAÇÃO NEGRA	Conjunto de pessoas que se declaram negras ou pardas segundo o IBGE. Note que o que define a pessoa negra é autodeclaração. Isso, evidentemente, não impede que sejam criados mecanismos com a finalidade de evitar abusos, como ocorre, por exemplo, diante de comissões especiais constituídas em concursos públicos para a reserva de vagas.
POLÍTICAS PÚBLICAS	Ações, iniciativas e programas adotados pelo Poder Público voltado para a efetivação de direitos humanos, no âmbito de suas prerrogativas institucionais.

Quando tratamos da desigualdade racial precisamos citar as diversas formas de racismo. Segundo o doutrinador Silvio Luiz de Almeida na sua obra "Racismo Estrutural", teremos 3 tipos de racismo.

- 1) **Racismo sob a concepção individualista:** o racismo é compreendido como um comportamento de indivíduos ou grupos que agem por motivações psicológicas ou desvios éticos, consistindo em uma "irracionalidade" ou "patologia" comportamental. Os ataques racistas se dão, em sua maioria, de forma direta. O combate a esse tipo de racismo se daria por meio da responsabilização jurídica e condenação moral dos racistas. Crítica: visão limitada do racismo à esfera individual, visão legalista, pouco efetiva para o combate ao racismo.
- 2) **Racismo sob a concepção institucional:** o racismo constitui uma relação de poder desigual entre grupos raciais. O termo "racismo institucional" foi usado pela primeira vez no livro Black Power: Politics of Liberation in America, de Charles V. Hamilton e Kwame Ture. Sob essa concepção, o racismo opera, em regra, de forma indireta, através das instituições que são hegemônicas por grupos raciais que impõem os seus padrões, com o privilégio de determinados grupos raciais no acesso a cargos de liderança, cargos públicos, postos de poder, acesso a saúde, educação. As instituições reproduzem o racismo e carregam internamente a luta de grupos sociais.
- 3) **Racismo sob a concepção estrutural:** o racismo é parte da estrutura social. A ordem social tem o racismo como um de seus elementos estruturantes. Em virtude disso, a atuação meramente inerte ou "normal" das instituições resulta em práticas racistas, pois as instituições reproduzem a ordem social racista. Comportamentos individuais e institucionais derivam da sociedade em que o racismo é a regra e não a exceção. Dessa forma, as instituições e os indivíduos devem ser antirracistas para se combater o racismo.



Exige-se uma atuação efetiva. O racismo estrutural pode ser desdobrado em processo político e processo histórico. "Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo".

De acordo com EIR a garantia da igualdade material entre as pessoas negras e as demais etnias é **dever do Estado e da sociedade**. Essa igualdade pressupõe a fruição de diversas prerrogativas, especialmente a participação em atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas. Além disso, devem ser respeitadas a dignidade e valores religiosos e culturais das pessoas negras.

De acordo com o art. 3º, o EIR é considerado **diretriz político-jurídica** para a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, para a valorização da igualdade étnica e para o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Para a execução das diretrizes, tendo em vista os deveres e objetivos assegurados às pessoas negras, deve ser promovida uma série de ações disciplinadas no art. 4º essas ações são exemplificativas e prioritárias. Isso significa dizer que devem ser adotadas preferencialmente, entre outras que podem ser implementadas.

Vamos destacar alguns pontos relevantes com relação a adoção **de medidas, programas e políticas de ação afirmativa**.

Desde 2012 o STF¹ entendeu ser constitucional a adoção de cotas para afrodescendentes nas universidades. Balizas adotadas no julgamento.

- Estabelecer um ambiente acadêmico plural e diversificado, superando a pouca diversidade racial do ensino superior público e, com isso, eliminando distorções sociais historicamente consolidadas.
- Há dois critérios utilizados comumente: a autoidentificação e a heteroidentificação (identificação feita por terceiros). No caso da ADPF 186, ambos os critérios foram considerados constitucionais.
- Cota deve ser proporcional e razoável, reservando-se as vagas em número adequado, apto a não excluir em demasia os demais membros da comunidade não abrangidos no critério de seleção.
- Cota deve ser proporcional e razoável, reservando-se as vagas em número adequado, apto a não excluir em demasia os demais membros da comunidade não abrangidos no critério de seleção.

Também no ano de 2012 o STF² julgou constitucional a Lei 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni).

¹ ADPF 186 Min. Rel. Ricardo Lewandowski, j. 26- 4-2012, Plenário, DJe de 20-10-2014

² ADI 3330 Min. Rel. AYRES BRITTO Plenário, 03.05.2012.



Em 2014 a Lei 12.990 instituiu reserva de 20% das vagas oferecidas em concurso público para aqueles que se auto reconhecem ou se autodeclararam pretos ou pardos. Em 2017 o STF³ reconheceu a constitucionalidade desta lei no julgamento da ADC41.

“É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

As ações afirmativas também podem ser adotadas pela iniciativa privada desde que visem a correção de desigualdades e a obtenção da igualdade material. Recentemente houve uma ação promovida no âmbito trabalhista depois que uma empresa privada realizou uma seleção para um programa de trainee apenas para pessoas negras. A ação civil pública alegou a existência de racismo reverso o que foi refutado pelo judiciário uma vez que para existir racismo é preciso haver situação de vulnerabilidade e inferiorização.

Para a promoção dessas medidas o Estatuto criou o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), cujas linhas gerais serão adiante analisadas.

2 - Direitos Fundamentais

Neste tópico vamos analisar o tratamento diferenciado conferido a alguns dos direitos humanos das pessoas negras.

2.1 - Direito à Saúde

A regra geral consta do art. 6º do EIR. Em síntese, a atuação do Poder Público na oferta de direitos relacionados à saúde da população negra se dá no sentido de proporcionar políticas universais, sociais e econômicas para a redução de riscos de doenças.

Para tanto, o EIR institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Essa Política, disciplinada no art. 7º do EIR, possui as seguintes **diretrizes**:

- ↳ Ampliação e fortalecimento da **participação de movimentos sociais em defesa da saúde** da população negra nas áreas de controle social do SUS.
- ↳ Produção de **conhecimento científico e tecnológico** em saúde da população negra.
- ↳ **Informação, comunicação e educação** para a redução das vulnerabilidades da população negra.

O dispositivo seguinte, estabelece os objetivos da referida Política, quais sejam:

³ ADC 41, rel. Min. Roberto Barroso, j. 8-6-2017, P, DJe de 17-8-2017.

- ↳ Promoção da saúde, com objetivo de reduzir desigualdades étnicas e combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS.
- ↳ Melhorias na qualidade de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero.
- ↳ Fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra.
- ↳ Inclusão do conteúdo da saúde dos negros nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da área de saúde.
- ↳ Adoção dos temas relacionados à saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

Em relação à **comunidade quilombola**, prevê ainda o tratamento especialíssimo, relativamente à saúde, prevendo a melhorias de condições ambientais, saneamento básico, segurança alimentar e nutricional e atenção integral à saúde.

2.2 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Em relação aos direitos de segunda dimensão, especificamente à educação, cultura e lazer, o Estado tem o dever de adotar políticas públicas a fim de viabilizar a prestação desses direitos, como forma de integração da população negra.

Note que a responsabilidade de adotar as providências acima arroladas é do governo Federal, governos estaduais e municipais.

Em relação às providências, lembre-se:

COMPETE AO PODER PÚBLICO ADOTAR UMA SÉRIE DE PROVIDÊNCIAS NO QUE DIZ RESPEITO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

- Promoção de ações o acesso da população negra ao ensino e às atividades esportivas e de lazer.
- Apoio às entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.
- Desenvolvimento de campanhas educativas para integração da comunidade negra.
- Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

Vejamos, na sequência, alguns aspectos pontuais relativos a cada um dos direitos mencionados.



Educação

Entre os assuntos a serem abordados nos currículos escolares é obrigatório, segundo EIR, o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Pretende-se, com o ensino de tais assuntos, resgatar a contribuição decisiva da comunidade negra para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

Para tanto, é essencial a formação dos professores e a elaboração de material didático específico para a disseminação desses conhecimentos. Do mesmo modo, a pesquisa e desenvolvimento voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra será incentivado pelos órgãos federais.

Veja, ainda, o art. 12, cuja leitura é o suficiente para fins de prova:

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

Nesse contexto, segundo dispõe o art. 13, o Poder Executivo deverá:

- ➤ **Resguardar os princípios da ética** em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, que desenvolvam temáticas de interesse da população negra.
- **Incorporar** nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores, **assuntos que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural** da sociedade brasileira.
- **Desenvolver programas de extensão universitária** destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas.
- **Estabelecer programas de cooperação técnica**, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

Além disso nos arts. 14 a 16, são estabelecidos deveres específicos aos poderes públicos.

Em síntese:



OUTRAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS CONFERIDAS AO PODER PÚBLICO

- estimular e apoiar ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.
- adotar programas de ação afirmativa.
- acompanhar e avaliar os programas voltados à defesa dos direitos das pessoas negras.

Cultura

Em relação aos direitos culturais da população negra, destaca-se do EIR o reconhecimento das culturas específicas desse segmento social, com a preservação de seus usos, costumes, tradições e religião.

Há forte preocupação também com a manutenção das reminiscências históricas dos quilombolas.

Portanto, o que se busca com o EIR é preservar e fomentar esses aspectos da formação histórica da nossa sociedade.

Ademais, está previsto o respeito à capoeira, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira, que será divulgado internacionalmente como tradição da cultura brasileira.

Esporte e Lazer

No que diz respeito ao esporte e ao lazer, reconhece-se a **capoeira**, para além dos aspectos acima, também um **esporte de criação nacional**. Em relação à capoeira, destaca-se:

- Será reconhecida como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.
- Faculta-se o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.

2.3 - Direito à Liberdade de Consciência, de Crença e o Livre Exercício de Culto

Como expressão dos direitos de liberdade, assegura-se ao negro o direito de expressar consciência e crenças própria, tanto em relação aos seus costumes e cultura como também em relação ao credo.

Sobre a liberdade de consciência e de crença, o art. 24 do EIR estabelece quais seriam as manifestações protegidas.

- ✎ A prática de cultos, reuniões e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins.



- ✎ A celebração de festividades e cerimônias.
- ✎ A fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas.
- ✎ A produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas.
- ✎ A produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;
- ✎ A coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades.
- ✎ O acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões.
- ✎ A comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.

Temos na CF a garantia de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, abrangendo inclusive a assistência quanto aos praticantes de religiões de matrizes africanas, conforme estabelece o art. 25 da EIR.

Além de assegurar a liberdade de culto, ao Poder Público é conferida a função de combater a intolerância religiosa, atendendo, em relação aos cultos professados pela população negra, os seguintes objetivos:

Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:

I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas;

II - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas;

III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.

Finalizamos, assim, mais um grupo específico de direitos no âmbito do Estatuto.

Certamente, caso um tema específico relacionado aos direitos fundamentais seja cobrado, você terá conseguido se destacar frente aos demais candidatos, o que representará os pontos necessários à aprovação.



Vamos tratar do acesso à terra e à moradia.

3 - Acesso à terra e à moradia adequada

3.1 - Acesso à Terra

No que diz respeito ao acesso a propriedades produtivas pelas comunidades negras, prevê o EIR que o Estado deverá promover políticas públicas específicas. Desse modo, além de propiciar condições para o acesso à terra, compete ao Poder Público incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas no campo, notadamente por intermédio do financiamento agrícola, com facilitação de crédito, fortalecimento da logística e infraestrutura.

Está previsto, ainda, a educação e a orientação profissional dos trabalhadores negros para o melhor desenvolvimento de suas atividades.

No que diz respeito ao acesso à terra pelos **quilombolas**, prevê o Estatuto regramento específico para preservar-lhes as propriedades de origem. Notamos, em relação aos quilombolas, um tratamento especialíssimo, na medida que em constituem grupos ainda mais vulneráveis dentro da temática estudada na presente aula.

Afinal, você sabe quem são os quilombolas?

Essas comunidades constituem grupos culturalmente diferenciados com formas próprias de organização social ocupantes de territórios e recursos naturais para manutenção da comunidade. Citam-se como exemplo de comunidades tradicionais os quilombolas, os indígenas, as comunidades ciganas e de terreiro.

O aspecto principal de discussão no cenário jurídico atual é o acesso à terra, cuja diretriz normativa consta do Estatuto Nacional da Igualdade Racial, por nós analisado.

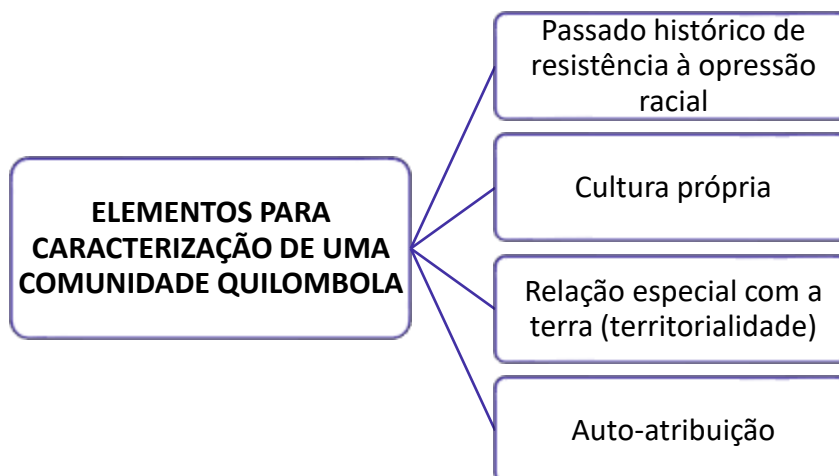
Nesse contexto, prevê o art. 68 dos ADCT:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Os quilombolas constituem grupos e comunidades que adotam a prática do sistema de uso comum da terra, entendida como espaço coletivo e indivisível a ser ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos grupos familiares que as compõem. As relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua entre os integrantes da comunidade.

Segundo a doutrina para o conceito de quilombo, quatro elementos devem ser analisados.





Vamos explorar um pouco mais esses elementos:

- ✎ No que diz respeito ao primeiro elemento, deve ser verificado se a comunidade é marcada por uma trajetória histórica específica, relacionada à resistência e opressão contra os negros.
- ✎ Ademais, é fundamental que essa comunidade possua traços culturais próprios, como modos de criar, fazer e viver peculiares.
- ✎ No que diz respeito à territorialidade, traço distintivo dessas comunidades, é a existência de uma relação próxima do quilombo com a terra, para além do aspecto meramente econômico do imóvel.
- ✎ Finalmente, no que atine à auto-atribuição, refere-se à percepção dos integrantes da comunidade têm em relação à própria identidade étnica. Vale dizer, reconhecem-se como uma comunidade quilombola, nos termos que definimos acima.

Definido quem são os quilombolas, cumpre compreender que o Estado confere proteção especial a esse grupo. Inicialmente destaca-se o dispositivo dos ADCT já citado, que reconhece a propriedade definitiva às comunidades quilombolas que estejam ocupadas, caracterizando-as como direito fundamental.

Essa regra específica é endossada pela proteção especial conferida aos povos indígenas, constantes do art. 231 e 232 da CF, mencionados no tópico anterior.

3.2 - Moradia

O tratamento jurídico da moradia é bastante semelhante ao tratamento conferido ao acesso à terra. Fixa-se ao Poder Público o dever de estabelecer políticas específicas para assegurar o direito fundamental à moradia, especialmente àqueles que vivem em situações degradantes, como favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas etc.

O direito à moradia, de acordo com o art. 35, inclui entre os deveres do Estado:

1. o provimento habitacional;
2. garantia da infraestrutura urbana ;



3. garantia de equipamentos comunitários associados à função habitacional;
4. assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação em área urbana.

Conforme art. 36 do EIR, essas políticas serão desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), tendo em vistas as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra.

4 - Trabalho

O trabalho, enquanto direito social fundamental, vem expressamente disciplinado no Estatuto. Nesta atuação, cabe ao Poder Público levar em consideração, além das normas previstas no Estatuto da Igualdade Racial, as normas internacionais de direito do trabalho, como a Convenção 111 da OIT que veda a discriminação fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social em matéria de emprego ou profissão. É isso que temos no art. 38 do EIR.

Ainda, confere-se ao Poder Público, do mesmo modo, o dever de implementar políticas públicas voltadas à igualdade material no trabalho para as pessoas negras. É o que prevê o art. 39.

Envolvem, ainda, políticas voltadas para o mercado trabalho dos negros:

- ⇒ financiamento para constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e de programas de geração de renda, contemplarão o estímulo à promoção de empresários negros.
- ⇒ atividades voltadas ao turismo étnico com enfoque nos locais, monumentos e cidades que retratem a cultura, os usos e os costumes da população negra.

Recentemente a Lei 14.553/2023 incluiu mais dois parágrafos ao art. 39 do Estatuto determinando a inclusão das informações étnico e racial em documentos relacionados ao trabalho tanto na esfera pública como na privada.

É importante destacar que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) classifica os dados pessoais sobre origem racial ou étnica como dados sensíveis e portanto deve receber maior proteção.

A intenção da nova lei é coletar dados que permitam a promoção de ações afirmativas que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho isso será possível por meio do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada 5 anos conforme previsão da nova lei.

5 - Meios de Comunicação

Quanto aos meios de comunicação destaca-se:

- ✎ Valorização da herança cultural e a participação da população negra na história do País.
- ✎ Prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.



6 - SINAPIR

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial busca implementar as políticas públicas destinadas a superar as desigualdades existentes no país.

Quanto ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, vejamos apenas as regras mais relevantes, em forma de tópicos.

OBJETIVOS DO SINAPIR

- promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas.
- formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra.
- descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais.
- articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica.
- garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

No âmbito do SINAPIR o Poder Público instituirá mecanismos e instrumentos para a defesa da igualdade racial, notadamente por intermédio de recebimento e encaminhamento de denúncias relatando preconceitos e discriminação fundados na etnia ou cor.

Para tanto, assegura-se o acesso às Defensorias Públicas e demais órgãos jurídicos estatais.

Para além do acesso à Justiça deve-se observar as regras relativas à proteção desse grupo vulnerável, contra a violência policial incidente sobre a população negra. Entre as práticas adotadas pelo Estado, devem ser implementadas ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social.

Desse modo, chegamos ao final do tratamento relativo ao Estatuto Nacional da Igualdade Racial. Vimos os principais dispositivos, destacando aqueles que possuem relevância para a nossa prova.

RESUMO

Estatuto da Igualdade Racial

○ OBJETIVOS DO EIR

⇒ efetivação da igualdade de oportunidades aos negros



⇒ defesa de direito étnicos

⇒ combate à discriminação e intolerância racial

○ CONCEITOS

⇒ discriminação racial ou étnico racial: constitui toda forma de distinção baseada em fatores étnicos ou de descendência que impliquem na anulação ou restrição dos seus direitos humanos.

⇒ desigualdade racial: diferenciação injustificada no acesso e fruição de bens, serviços e oportunidade em razão de fatores étnicos ou de descendência.

⇒ desigualdade de gênero e raça: constatação do fosso entre as mulheres negras e demais segmentos da sociedade.

⇒ população negra: conjunto de pessoas que se declaram negras ou pardas segundo o IBGE.

⇒ políticas públicas: ações, iniciativas e programas adotados pelo Poder Público voltado para a efetivação de direitos humanos, no âmbito de suas prerrogativas institucionais.

○ DEVER do Estado e da sociedade de:

⇒ assegurar a igualdade de participação na comunidade.

⇒ respeitar a dignidade.

⇒ respeitar a religião e cultura próprios.

○ EIR É DIRETRIZ POLÍTICO-JURÍDICA PARA

⇒ inclusão de vítimas de desigualdade étnico-racial

⇒ valorização da igualdade étnica

⇒ fortalecimento da identidade nacional brasileira

○ DIREITOS FUNDAMENTAIS:

⇒ DIREITO À SAÚDE:



☐ Políticas públicas universais e específicas:

- ✓ universais: mesmo tratamento conferido a todos, por intermédio do SUS
- ✓ específicas: “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra” que possui diretrizes (art. 7º) e objetivos próprios (art. 8º).

⇒ DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER:

☐ Políticas públicas universais e específicas.

⇒ DIREITO DE CONSCIÊNCIA, DE CRENÇA E LIVRE EXERCÍCIO DO CULTO:

- ☐ preservação de cultos, festividades, cerimônias, bens, produtos e serviços relacionados à formação étnica negra no Brasil;

⇒ ACESSO À TERRA:

- ☐ garantia do acesso à terra e às atividades produtivas do campo;
- ☐ reconhecimento das terras quilombolas:

- MATRIZ CONSTITUCIONAL – art. 68, dos ADCT:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

- MATRIZ INFRACONSTITUCIONAL – art. 32, do EIR:

Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.

⇒ DIREITO AO TRABALHO:

- ☐ implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho

⇒ MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

- ☐ valorização da herança cultural e a participação da população negra



○ SINAPIR

⇒ Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

⇒ Objetivos:

- ☐ promoção da igualdade étnica;
- ☐ combate às desigualdades sociais;
- ☐ combate à marginalização e integração social da população negra;
- ☐ descentralização da implementação das ações afirmativas (Estados-membros, Distrito Federal e Municípios);
- ☐ promoção da igualdade (planos, ações e mecanismos)
- ☐ garantia de eficácia dos meios adotados

⇒ organização e competência de atuação do Poder Executivo Federal para fixação das diretrizes;

⇒ atuação específica dos Estados e Municípios a partir das regras gerais;

⇒ previsão de repasses de recursos específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da nossa aula. Como você pode perceber os assuntos são bastante específicos, o que requer atenção a tópico não muito corriqueiros em provas de concurso público.

De todo modo, esperamos, com isso, dar o devido direcionamento no curso.

Ricardo Torques



rst.estrategia@gmail.com

[@proftorques](#)



QUESTÕES COMENTADAS

FCC

1. (FCC/ALAP-2020) Ao analisar um programa estadual na área habitacional, no que se refere ao acesso à moradia da população negra, conforme as prerrogativas do Estatuto da Igualdade Racial, será observado que

- a) deve ocorrer a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.
- b) o direito à moradia deve se restringir ao provimento habitacional, considerando que a legislação em tela é omissa quanto à viabilização da infraestrutura urbana.
- c) a viabilização da assistência técnica e jurídica para a construção, fica a critério da Secretaria Estadual de Habitação, condicionada à disponibilidade orçamentária, considerando que não há essa previsão na referida legislação.
- d) é vedada a participação de organizações e movimentos representativos da população negra na composição dos conselhos constituídos para essa finalidade, para que não haja privilégio, em se tratando de recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).
- e) a viabilização de equipamentos comunitários associados à função habitacional é uma responsabilidade que deve recair sobre a comunidade e não sobre o Poder Público.

Comentários

Observe o artigo 35 da Lei:

Art. 35. O poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.

É dever do poder público implementar políticas de moradia adequada para a população negra em diversos nichos geográficos, buscando a efetiva integração à dinâmica urbana e a promoção de melhorias no ambiente e na qualidade de vida. Logo, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa B** é incorreta porque não há omissão na Lei.

A **alternativa C** é incorreta porque não a determinação legal deve ser executada, não se submetendo à apreciação discricionária da Secretaria Estadual.

A **alternativa D** é incorreta, já que não há vedação à participação de organizações e movimentos representativos.

A **alternativa E** é incorreta pois há sim responsabilidade do Poder Público.



2. (FCC/Pref Macapá - 2018) Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, a população negra tem direito à participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

São providências para o cumprimento deste disposto:

I. Promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer.

II. Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade.

III. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Os itens I, II e III apresentam os incisos I, III e IV do art. 10 da Lei nº 12.288/2010.

Art. 10. Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

I - promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;

II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;

III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;

IV - implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

3. (FCC/Pref Macapá - 2018) A participação da população negra, em condição de igualdade e de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I. Inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

II. Apoio às iniciativas que visam superar as dificuldades de aprendizado dessa população nas escolas, em especial no processo de alfabetização.

III. Implementação de programas socioeducativos voltados primeiramente à população que enfrenta situações de risco social.



IV. Eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Analisaremos os itens:

Item I – Correto. O item apresenta uma medida positivada pelo inciso I do art. 4º:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

Itens II e III – Incorretos pois não estão previstos nas medidas elencadas no art. 4º do Estatuto.

Item IV – Correto. Trata-se de uma medida adotada pelo Estatuto no art. 4º, V.

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

4. (FCC/Pref Macapá/2018) De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, dentre outros, prioritariamente, por meio de

- I. eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.
- II. modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica.
- III. inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social e adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.



- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Os itens I, II e III apresentam os incisos V; III; I e II; respectivamente, do art. 4º do Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

5. (FCC/FCRIA - 2018) João, 15 anos, negro, é vítima de várias piadas de outros adolescentes pela textura do cabelo e forma de penteá-lo. Na escola é excluído das atividades pelos próprios colegas e sempre recebe um apelido diferente pela cor da pele. A atitude das pessoas para com o João é definida no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) como

- a) desigualdade de gênero.
- b) política pública.
- c) discriminação racial.
- d) ação afirmativa.



e) discriminação sexual.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. A discriminação racial (art. 1º, parágrafo único, I do Estatuto) é definida como *“toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.”*

As **alternativas A, B, D e E** não apresentam conceitos aplicáveis à situação dada no comando da questão.

6. (FCC/FCRIA/2018) De acordo com Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) a eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada é uma das formas de promover

- a) a informação para os jovens que buscam melhores condições econômicas e sociais.
- b) a ação de adolescentes e jovens universitários nos diversos espaços sociais garantindo a promoção da igualdade racial.
- c) a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País.
- d) o acesso aos recursos financeiros para jovens com alto rendimento escolar visando a melhoria de sua organização familiar.
- e) a inclusão de meninas nos programas de apoio ao combate às drogas nas escolas das grandes metrópoles.

Comentários

A **alternativa C** está correta e indica uma medida positivada no art. 4º, V do Estatuto:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.

As **alternativas A, B, D e E** estão incorretas pois não apresentam medidas aptas a promover a eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica.

7. (FCC/FCRIA - 2018) Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa conforme o Estatuto de Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, entre elas:

I. incentivo à criação de programas e veículos de comunicação destinados à divulgação de matérias relacionadas aos interesses da população negra.



II. iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior.

III. apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I, II e III
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Os itens correspondem aos incisos III, V e VII, respectivamente, do art. 56 do Estatuto da Igualdade Racial.

Art. 56. Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa a que se refere o inciso VII do art. 4º desta Lei e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, especialmente no que tange a:

I - promoção da igualdade de oportunidades em educação, emprego e moradia;

II - financiamento de pesquisas, nas áreas de educação, saúde e emprego, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população negra;

III - incentivo à criação de programas e veículos de comunicação destinados à divulgação de matérias relacionadas aos interesses da população negra;

IV - incentivo à criação e à manutenção de microempresas administradas por pessoas autodeclaradas negras;

V - iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior;

VI - apoio a programas e projetos dos governos estaduais, distrital e municipais e de entidades da sociedade civil voltados para a promoção da igualdade de oportunidades para a população negra;

VII - apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras.

8. (FCC/FCRIA - 2018) Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende, dentre outros:

I. A prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins.

II. A celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões.



III. A produção, a comercialização, a aquisição e uso de artesanato de matriz africana.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I e II.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Analisaremos os itens:

Itens I e II – Corretos pois correspondem aos incisos I e II do art. 24 do Estatuto.

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

Item III – Incorreto. De acordo com o art. 24, IV da Lei nº 12.288/2010, o direito à liberdade de consciência e de crença abrange a produção, comercialização, aquisição e uso de artigos e materiais religiosos e não de artesanato de matriz africana. Vejamos:

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica.

9. (FCC/CL-DF - 2018) Com base no Estatuto da Igualdade Racial, a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, dentre outras ações, por meio de

- a) apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.
- b) desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.
- c) eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.
- d) celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões.



e) produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, pois é que dispõe o art. 4º, V, do Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

A **alternativa A** está incorreta. Conforme os art. 9º da Lei 12.288/2010, a população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais e esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira. Para o cumprimento do disposto, à luz do art. 10 do Estatuto da Igualdade Racial, os governos federal, estaduais, distrital e municipais deverão adotar a seguinte providência: apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.

A **alternativa B** está incorreta. A afirmativa é relativa a ações de saúde, com base no art. 7º, III do EIR:

Art. 7º O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:

III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

A **alternativa D e E** estão incorretas. Ambos os itens estão relacionados à liberdade de crença, nos termos do art. 24, II e V, do Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;



VUNESP

10. (VUNESP/Pref São Roque-2019) De acordo com o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas

- a) puramente anti- discriminatórias, atuando apenas por meio de repressão aos discriminadores ou de conscientização dos indivíduos que podem vir a praticar atos discriminatórios.
- b) destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.
- c) de discriminação positiva, tendo como finalidade selecionar pessoas que estejam em situação de desvantagem tratando-as desigualmente e favorecendo-as com alguma medida que as tornem menos desiguais.
- d) que visam unicamente a adoção de cotas raciais nas universidades, garantindo a população negra 30% das vagas em universidades públicas com o objetivo de tornar o ambiente acadêmico mais diverso.
- e) de abordagem universalista, baseada no princípio da meritocracia, que visa acabar com as desigualdades tratando todos de forma igual e atuando como se a igualdade não existisse.

Comentários

Observe o parágrafo único do artigo 4º:

Art. 4º. Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

O objetivo das ações afirmativas é eliminar distorções e desigualdades sociais que surgiram historicamente. Nosso gabarito é a **alternativa B**.

11. (VUNESP/CM SM Arcanjo-2019) Assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial.

- a) Desigualdade racial é entendida como a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- b) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é facultado o estudo da história geral da África, sendo, porém, obrigatório o estudo da história da população negra no Brasil.
- c) Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística, sendo que tal regra não se aplica a peças publicitárias.
- d) Os Poderes Executivos estaduais, distrital e municipais, no âmbito das respectivas esferas de competência, poderão instituir conselhos de promoção da igualdade étnica, de caráter permanente e consultivo,



compostos por igual número de representantes de órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas da população negra.

e) O Poder Executivo Federal, em concorrência com Estados e Municípios, é autorizado a adotar medidas que garantam, em cada exercício, a transparência na alocação e na execução dos recursos necessários ao financiamento das ações previstas nesse Estatuto, especialmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento agrário, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A alternativa traz o conceito de desigualdade de gênero e raça e não de desigualdade racial:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

A **alternativa B** está incorreta. É obrigatório o ensino da história da população negra:

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*.

A **alternativa C** está incorreta. O artigo 45 da Lei estende expressamente às peças publicitárias as medidas previstas:

Art. 45. Aplica-se à produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas o disposto no art. 44.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o artigo 50 do Estatuto, os Entes Federados podem instituir estes conselhos de promoção da igualdade étnica com representação paritária entre órgãos públicos e de organizações da sociedade civil:

Art. 50. Os Poderes Executivos estaduais, distrital e municipais, no âmbito das respectivas esferas de competência, poderão instituir conselhos de promoção da igualdade étnica, de caráter permanente e consultivo, compostos por igual número de representantes de



órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas da população negra.

A **alternativa E** está incorreta. Na verdade, a norma do Estatuto se refere apenas ao Executivo Federal, não alcançando Estados e Municípios:

Art. 56. § 1º O Poder Executivo federal é autorizado a adotar medidas que garantam, em cada exercício, a transparência na alocação e na execução dos recursos necessários ao financiamento das ações previstas neste Estatuto, explicitando, entre outros, a proporção dos recursos orçamentários destinados aos programas de promoção da igualdade, especialmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento agrário, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer.

12. (VUNESP/Pref SBC - 2018) Assinale a alternativa correta sobre o estatuto da igualdade racial (Lei nº 12.288/10).

- a) A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, facultado o seu ensino nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.
- b) É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, exceto àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.
- c) O Poder Executivo Estadual, com exclusividade, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.
- d) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde, não sendo incluídos nesse benefício as melhorias nas condições ambientais.
- e) Nos estabelecimentos de ensino fundamental, públicos e privados, é facultado o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, sendo obrigatório esse conteúdo apenas no ensino médio.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Trata-se de previsão contida no art. 22, caput e no seu §2º:

Art. 22. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

§ 2º É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.



A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o art. 25, a assistência religiosa é assegurada a todos, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.

Art. 25. É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.

A **alternativa C** está incorreta. O Poder Executivo Federal poderá implementar critérios para provimentos de cargos em comissão e funções de confiança – não se trata do Poder Executivo Estadual e não se trata de uma obrigação. Nesse sentido é o art. 42 do Estatuto: “O Poder Executivo federal poderá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.”

A **alternativa D** está incorreta. De acordo com o art. 8º, parágrafo único, as melhorias nas condições ambientais estão incluídas no benefício: “Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.”

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o art. 11, não se trata de uma faculdade, mas de uma obrigação: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.”

13. (VUNESP/CM Orlândia - 2019) O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, ao tratar do direito à saúde, estabelece:

- a) o direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público dos estados membros, mediante políticas regionais destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.
- b) o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da População Negra será de responsabilidade privativa dos órgãos e instituições públicas federais.
- c) o poder público garantirá que o segmento da População Negra vinculado exclusivamente aos seguros públicos de saúde seja tratado sem discriminação.
- d) entre os objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra está a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero.
- e) apesar da não inclusão da temática saúde da População Negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS, trata-se de objetivo implícito na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. A alternativa apresenta um objetivo da Política Nacional de Saúde da População Negra contido no art. 8º, II do Estatuto da Igualdade Racial:



Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

I - a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;

II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;

IV - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

A **alternativa A** está incorreta. O direito à saúde será garantido pelo Poder Público como um todo, mediante políticas universais (e não regionais). Nesse sentido é o artigo 6º: *“O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.”*

A **alternativa B** está incorreta. A responsabilidade cabe a órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais da Administração Direta e Indireta, conforme o art. 6º, §1º: *“O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.”*

A **alternativa C** está incorreta. Os seguros privados de saúde é que deverão ofertar garantia de tratamento sem discriminação, de acordo com o art. 6º, §2º: *“O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.”*

A **alternativa E** está incorreta. A temática da saúde da população negra está incluída como um objetivo da Política Nacional, nos termos do art. 8º, V do Estatuto:

Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

14. (VUNESP/CM Sertãozinho - 2019) O Estatuto da Igualdade Racial contém um capítulo que trata sobre os meios de comunicação. Dentro do previsto, nesse sentido, na legislação em referência, é correto afirmar que

a) a produção veiculada pelos órgãos de comunicação poderá valorizar, se for de sua vontade e quando possível, a herança cultural e a participação da população negra na história do País.

b) na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, excluindo-se as peças publicitárias divulgadas por esses meios, deverá ser adotada a



prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada, porém, qualquer discriminação étnica.

c) os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

d) mesmo nas produções de filmes e programas destinados a emissoras de televisão que tratem de um grupo étnico específico, como indígenas ou orientais, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada, porém, qualquer discriminação étnica.

e) a administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais têm a faculdade de incluir, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a prática de iguais oportunidades de emprego para os negros, nas atividades relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

Comentários

A **alternativa C** está correta e apresenta a literalidade do art. 46 do Estatuto: *“Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.”*

A **alternativa A** está incorreta pois não se trata de uma faculdade, mas de uma obrigação legal. De acordo com o art. 43: *“A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do País.”*

A **alternativa B** está incorreta. As peças publicitárias, por força do artigo 45, são abarcadas pela previsão contida no art. 44 do Estatuto.

Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.

Art. 45. Aplica-se à produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas o disposto no art. 44.

A **alternativa D** está incorreta. O parágrafo único do art. 44 prevê que em se tratando de filmes e programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados, não é necessária a observância do art. 44 transcrito acima.

Parágrafo único. A exigência disposta no caput não se aplica aos filmes e programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados.

A **alternativa E** está incorreta, visto que é uma obrigação e não uma faculdade. Nesse sentido, o artigo 46 e o seu §1º:



Art. 46. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

§ 1º Os órgãos e entidades de que trata este artigo incluirão, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

15. (VUNESP/CM Jaboticabal - 2018) A Lei nº 12.288/10 institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. De acordo com essa norma, é correto afirmar:

- a) discriminação racial ou étnico racial é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- b) população negra é o conjunto de pessoas que se são declaradas pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e assim são catalogadas por esse órgão independentemente de sua autodefinição.
- c) desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- d) ações afirmativas são aquelas iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- e) políticas públicas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O art. 1º, parágrafo único, apresenta uma série de conceitos que são utilizados ao longo da Lei nº 12.288/2010. O inciso II conceitua a desigualdade racial: *“toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.”*

A **alternativa A** está incorreta. O conceito apresentado pela alternativa refere-se à desigualdade de gênero e raça (art. 1º, parágrafo único, III). O conceito de discriminação racial ou étnico-racial encontra-se no inciso I: *“discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.”*

A **alternativa B** está incorreta. O art. 1º, parágrafo único, IV, estabelece que a população negra é *“o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.”*



A **alternativa D** está incorreta pois o conceito apresentado não se adequa ao preceito normativo. Estabelece o art. 1º, parágrafo único que as ações afirmativas são “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.”

A **alternativa E** está incorreta. A alternativa apresentou o conceito de ações afirmativas. As políticas públicas (art. 1º, parágrafo único, V) são “as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.”

16. (VUNESP/PC-BA - 2018) Com relação ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei no 12.288/2010, é correto afirmar que

(A) define ações afirmativas como sendo programas e medidas especiais adotadas exclusivamente pelo Estado para correção das desigualdades sociais e para a promoção de igualdade de oportunidades.

(B) define políticas públicas como sendo ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado e pelo setor privado, mediante políticas de incentivo, para a correção das desigualdades sociais e para a promoção de oportunidades.

(C) instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial como forma de organizar e articular o conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas prestado pelo poder público federal, vedada a participação da iniciativa privada.

(D) estabelece a obrigatoriedade de concessão de bolsas por parte dos órgãos federais de fomento à pesquisa e à pós-graduação, para o incentivo de programas de estudos voltados a temas pertinentes à população negra.

(E) estabelece que o direito à liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois no conceito do art. 1º, parágrafo único, VI, está previsto que as ações afirmativas podem ser adotadas pelo Estado ou pela iniciativa privada.

A **alternativa B** também está incorreta, pois o conceito de política pública envolve tão somente ações, iniciativas e programas do Poder Público, não abrangendo a iniciativa privada. É o que temos no inc. V do parágrafo único do art. 1º do Estatuto da Igualdade Racial.

A **alternativa C** está incorreta, pois de acordo com o §2º do art. 47 o poder público federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a participar do Sinapi.

A **alternativa D** está incorreta, pois não há tal obrigação, mas a possibilidade conforme estabelece o art. 12 do Estatuto da Igualdade Racial. Confirmam:

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.



A **alternativa E**, por sua vez, está correta e constitui o gabarito da questão, pois retrata justamente o art. 24, VII, do Estatuto.

17. (VUNESP/PC-BA - 2018) Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei no 12.288/2010), assinale a alternativa correta.

- (A) O critério adotado pelo Estatuto da Igualdade Racial para definir população negra é o da autodeclaração.
- (B) Assegura a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, excepcionando àqueles submetidos à pena privativa de liberdade.
- (C) Garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, o direito à desocupação indenizada.
- (D) Obriga o ensino de capoeira nas instituições públicas e faculta nas instituições privadas.
- (E) Garante, na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e salas cinematográficas, a contratação de atores, figurantes e técnicos negros, em, pelo menos, 10% (dez por cento).

Comentários

A **alternativa A** está correta, pois o inc. IV do art. 1º do EIR prevê como população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam auto definição análoga.

A **alternativa B** incorreta, pois não existe tal exceção. Ao contrário, o art. 25 assegura assistência religiosa a quem cumpre sentença penal.

A **alternativa C** está incorreta, pois será assegurado o direito à propriedade segundo o que dispõe o art. 31 do EIR, e não à indenização em face da desocupação.

A **alternativa D** está incorreta, pois o ensino da capoeira é uma faculdade na rede de ensino pública ou privada, conforme prevê o art. 22, § 2º, do EIR.

A **alternativa E**, por fim, peca, pois o art. 44 fala em “conferir oportunidades” não vinculando um percentual, tal como referido na questão.

18. (VUNESP/PC-SP - 2018) Nos termos da Lei no 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), considera-se discriminação racial ou étnico-racial toda

- a) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a diferenciação de acesso a serviços e oportunidades distanciando as mulheres negras e os demais segmentos sociais, visando a segregação e a diferenciação de acesso a bens e serviços públicos e privados.
- b) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a bens, nas esferas privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne ao acesso a serviços públicos.



c) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

d) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a serviços e oportunidades, nas esferas pública, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne à aquisição de bens.

e) distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, nos termos do art. 1º, parágrafo único, I, do Estatuto da Igualdade Racial:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

As demais alternativas estão incorretas, pois misturam os conceitos de discriminação racial, desigualdade racial e desigualdade de gênero e raça.

LISTA DE QUESTÕES

FCC

1. (FCC/ALAP-2020) Ao analisar um programa estadual na área habitacional, no que se refere ao acesso à moradia da população negra, conforme as prerrogativas do Estatuto da Igualdade Racial, será observado que

a) deve ocorrer a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.

b) o direito à moradia deve se restringir ao provimento habitacional, considerando que a legislação em tela é omissa quanto à viabilização da infraestrutura urbana.

c) a viabilização da assistência técnica e jurídica para a construção, fica a critério da Secretaria Estadual de Habitação, condicionada à disponibilidade orçamentária, considerando que não há essa previsão na referida legislação.



d) é vedada a participação de organizações e movimentos representativos da população negra na composição dos conselhos constituídos para essa finalidade, para que não haja privilégio, em se tratando de recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

e) a viabilização de equipamentos comunitários associados à função habitacional é uma responsabilidade que deve recair sobre a comunidade e não sobre o Poder Público.

2. (FCC/Pref Macapá - 2018) Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, a população negra tem direito à participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

São providências para o cumprimento deste disposto:

I. Promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer.

II. Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade.

III. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

3. (FCC/Pref Macapá - 2018) A participação da população negra, em condição de igualdade e de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I. Inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

II. Apoio às iniciativas que visam superar as dificuldades de aprendizado dessa população nas escolas, em especial no processo de alfabetização.

III. Implementação de programas socioeducativos voltados primeiramente à população que enfrenta situações de risco social.

IV. Eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.



4. (FCC/Pref Macapá/2018) De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, dentre outros, prioritariamente, por meio de

- I. eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.
- II. modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica.
- III. inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social e adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

5. (FCC/FCRIA - 2018) João, 15 anos, negro, é vítima de várias piadas de outros adolescentes pela textura do cabelo e forma de penteá-lo. Na escola é excluído das atividades pelos próprios colegas e sempre recebe um apelido diferente pela cor da pele. A atitude das pessoas para com o João é definida no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) como

- a) desigualdade de gênero.
- b) política pública.
- c) discriminação racial.
- d) ação afirmativa.
- e) discriminação sexual.

6. (FCC/FCRIA/2018) De acordo com Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) a eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada é uma das formas de promover

- a) a informação para os jovens que buscam melhores condições econômicas e sociais.
- b) a ação de adolescentes e jovens universitários nos diversos espaços sociais garantindo a promoção da igualdade racial.
- c) a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País.
- d) o acesso aos recursos financeiros para jovens com alto rendimento escolar visando a melhoria de sua organização familiar.
- e) a inclusão de meninas nos programas de apoio ao combate às drogas nas escolas das grandes metrópoles.

7. (FCC/FCRIA - 2018) Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa



conforme o Estatuto de Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, entre elas:

- I. incentivo à criação de programas e veículos de comunicação destinados à divulgação de matérias relacionadas aos interesses da população negra.
- II. iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior.
- III. apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I, II e III
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

8. (FCC/FCRIA - 2018) Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende, dentre outros:

- I. A prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins.
- II. A celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões.
- III. A produção, a comercialização, a aquisição e uso de artesanato de matriz africana.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I e II.

9. (FCC/CL-DF - 2018) Com base no Estatuto da Igualdade Racial, a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, dentre outras ações, por meio de

- a) apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.
- b) desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.
- c) eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.
- d) celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões.



e) produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana.

VUNESP

10. (VUNESP/Pref São Roque-2019) De acordo com o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial, os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas

- a) puramente anti- discriminatórias, atuando apenas por meio de repressão aos discriminadores ou de conscientização dos indivíduos que podem vir a praticar atos discriminatórios.
- b) destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.
- c) de discriminação positiva, tendo como finalidade selecionar pessoas que estejam em situação de desvantagem tratando-as desigualmente e favorecendo-as com alguma medida que as tornem menos desiguais.
- d) que visam unicamente a adoção de cotas raciais nas universidades, garantindo a população negra 30% das vagas em universidades públicas com o objetivo de tornar o ambiente acadêmico mais diverso.
- e) de abordagem universalista, baseada no princípio da meritocracia, que visa acabar com as desigualdades tratando todos de forma igual e atuando como se a igualdade não existisse.

11. (VUNESP/CM SM Arcanjo-2019) Assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial.

- a) Desigualdade racial é entendida como a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- b) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é facultado o estudo da história geral da África, sendo, porém, obrigatório o estudo da história da população negra no Brasil.
- c) Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística, sendo que tal regra não se aplica a peças publicitárias.
- d) Os Poderes Executivos estaduais, distrital e municipais, no âmbito das respectivas esferas de competência, poderão instituir conselhos de promoção da igualdade étnica, de caráter permanente e consultivo, compostos por igual número de representantes de órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas da população negra.
- e) O Poder Executivo Federal, em concorrência com Estados e Municípios, é autorizado a adotar medidas que garantam, em cada exercício, a transparência na alocação e na execução dos recursos necessários ao financiamento das ações previstas nesse Estatuto, especialmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento agrário, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer.

12. (VUNESP/Pref SBC - 2018) Assinale a alternativa correta sobre o estatuto da igualdade racial (Lei nº 12.288/10).



- a) A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, facultado o seu ensino nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.
- b) É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, exceto àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.
- c) O Poder Executivo Estadual, com exclusividade, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.
- d) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde, não sendo incluídos nesse benefício as melhorias nas condições ambientais.
- e) Nos estabelecimentos de ensino fundamental, públicos e privados, é facultado o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, sendo obrigatório esse conteúdo apenas no ensino médio.

13. (VUNESP/CM Orlândia - 2019) O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, ao tratar do direito à saúde, estabelece:

- a) o direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público dos estados membros, mediante políticas regionais destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.
- b) o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da População Negra será de responsabilidade privativa dos órgãos e instituições públicas federais.
- c) o poder público garantirá que o segmento da População Negra vinculado exclusivamente aos seguros públicos de saúde seja tratado sem discriminação.
- d) entre os objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra está a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero.
- e) apesar da não inclusão da temática saúde da População Negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS, trata-se de objetivo implícito na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

14. (VUNESP/CM Sertãozinho - 2019) O Estatuto da Igualdade Racial contém um capítulo que trata sobre os meios de comunicação. Dentro do previsto, nesse sentido, na legislação em referência, é correto afirmar que

- a) a produção veiculada pelos órgãos de comunicação poderá valorizar, se for de sua vontade e quando possível, a herança cultural e a participação da população negra na história do País.
- b) na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, excluindo-se as peças publicitárias divulgadas por esses meios, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada, porém, qualquer discriminação étnica.



- c) os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.
- d) mesmo nas produções de filmes e programas destinados a emissoras de televisão que tratem de um grupo étnico específico, como indígenas ou orientais, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada, porém, qualquer discriminação étnica.
- e) a administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais têm a faculdade de incluir, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a prática de iguais oportunidades de emprego para os negros, nas atividades relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

15. (VUNESP/CM Jaboticabal - 2018) A Lei nº 12.288/10 institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. De acordo com essa norma, é correto afirmar:

- a) discriminação racial ou étnica racial é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- b) população negra é o conjunto de pessoas que se são declaradas pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e assim são catalogadas por esse órgão independentemente de sua autodefinição.
- c) desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- d) ações afirmativas são aquelas iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- e) políticas públicas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades

16. (VUNESP/PC-BA - 2018) Com relação ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, é correto afirmar que

- (A) define ações afirmativas como sendo programas e medidas especiais adotadas exclusivamente pelo Estado para correção das desigualdades sociais e para a promoção de igualdade de oportunidades.
- (B) define políticas públicas como sendo ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado e pelo setor privado, mediante políticas de incentivo, para a correção das desigualdades sociais e para a promoção de oportunidades.
- (C) instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial como forma de organizar e articular o conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas prestado pelo poder público federal, vedada a participação da iniciativa privada.
- (D) estabelece a obrigatoriedade de concessão de bolsas por parte dos órgãos federais de fomento à pesquisa e à pós-graduação, para o incentivo de programas de estudos voltados a temas pertinentes à população negra.



(E) estabelece que o direito à liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões.

17. (VUNESP/PC-BA - 2018) Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei no 12.288/2010), assinale a alternativa correta.

(A) O critério adotado pelo Estatuto da Igualdade Racial para definir população negra é o da autodeclaração.

(B) Assegura a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, excepcionando àqueles submetidos à pena privativa de liberdade.

(C) Garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, o direito à desocupação indenizada.

(D) Obriga o ensino de capoeira nas instituições públicas e faculta nas instituições privadas.

(E) Garante, na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e salas cinematográficas, a contratação de atores, figurantes e técnicos negros, em, pelo menos, 10% (dez por cento).

18. (VUNESP/PC-SP - 2018) Nos termos da Lei no 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), considera-se discriminação racial ou étnico-racial toda

a) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a diferenciação de acesso a serviços e oportunidades distanciando as mulheres negras e os demais segmentos sociais, visando a segregação e a diferenciação de acesso a bens e serviços públicos e privados.

b) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a bens, nas esferas privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne ao acesso a serviços públicos.

c) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

d) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a serviços e oportunidades, nas esferas pública, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne à aquisição de bens.

e) distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

GABARITO

1. A

2. D

3. A

4. E

5. C

6. C

7. B

8. E

9. C

10. B

11. D

12. A



13. D

14. C

15. C

16. E

17. A

18. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.